



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas - ICH Departamento de
História

Suellen Vitória Costa Barbosa

REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA DESAMPARADA NO FILME: MENINO 23
– INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL

Brasília
Dezembro 2025

Suellen Vitória Costa Barbosa

REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA DESAMPARADA NO FILME: MENINO 23
– INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi

Brasília
Dezembro 2025

Suellen Vitória Costa Barbosa

REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA DESAMPARADA NO FILME: MENINO 23
– INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade de Brasília como
requisito parcial para a obtenção do grau de
licenciada em História. Orientadora: Prof.^a Dr.^a
Albene Miriam Menezes Klemi

Brasília, Dezembro 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Albene Miriam Menezes Klemi

Presidente/Orientadora/Universidade de Brasília/UnB

Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina Novais Marques

Universidade de Brasília/UnB

Prof. Dr. Daniel Andrade Barbosa de Faria

Universidade de Brasília/UnB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho, Luan Costa Ribeiro. Que um dia você saiba o quanto me inspirou a não desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e a Nossa Senhora, por colocarem este sonho em meu coração e por me sustentarem em cada etapa da minha jornada acadêmica. Foi n'Ele que encontrei força nos dias difíceis, coragem nos momentos de dúvida e serenidade para seguir adiante.

Agradeço também à minha família, à minha mãe, Juliana, e à minha irmã, Ketllyn Fernanda, por cada texto, trabalho e documento impresso. Ao meu “paidrasto”, Cícero Carlos, sou grata por todas às vezes em que me buscou na passarela tarde da noite, garantindo minha segurança. E ao meu avô, Antônio, agradeço por cada palavra de incentivo e por sempre acreditar que eu iria conseguir.

Ao meu melhor amigo, meu companheiro de vida e pai do meu filho, Douglas, o meu mais sincero obrigada. Por sempre me motivar, por me amparar quando as lágrimas insistiam em cair dos meus olhos e por segurar minha mão nos momentos em que eu duvidava de mim. Obrigada por compreender minhas noites de estudo, por dividir comigo, e tantas vezes assumir por mim, o cuidado do nosso pequeno Luan, permitindo que eu continuasse firme nesta caminhada. Este trabalho também é seu, resultado do amor, da parceria e do apoio incondicional que você sempre me ofereceu.

À minha dinda e dinda do meu filho, Daniela. Obrigada por se fazer presente durante o processo de escrita deste trabalho e pelos momentos de “conversa fiada” que me ajudaram a relaxar. Sua presença foi um respiro necessário ao longo dessa jornada.

Na graduação, muitas vezes temos a sensação de caminhar sozinhos. Por um breve momento, também senti isso, até encontrá-los. Gabriela, Pablo Natan, Thaivone e Ana, vocês foram algumas das alegrias que tive ao longo dessa jornada. Obrigada por tornarem esse percurso mais leve e mais bonito.

Encerro expressando minha profunda gratidão à minha estimada orientadora, professora Albene Miriam Menezes Klemi, por acreditar no meu tema de pesquisa e por conduzir este processo com sensibilidade, firmeza e generosidade. Sou grata pelas conversas durante nossas reuniões, que aliviavam o peso da produção do Trabalho de Conclusão de Curso e por ter me indicado novos caminhos sempre que eu me sentia perdida. Agradeço, sobretudo, por sua orientação dedicada, que me permitiu alcançar o melhor de mim na construção deste trabalho.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
HISTORICIDADE DO CONCEITO DE INFÂNCIA – BREVES CONSIDERAÇÕES	4
SUMÁRIO DA HISTÓRIA DAS CRIANÇAS NO BRASIL	7
SOBRE O FILME MENINO 23 – INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL E O CONTEXTO	9
DE SEU ENTORNO.....	9
A HISTÓRIA POR TRÁS DO MENINO 23	13
REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NO FILME MENINO 23	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21

REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA DESAMPARADA NO FILME: MENINO 23 – INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL¹

Suellen Vitória Costa Barbosa

RESUMO

O presente artigo analisa as representações da infância no filme *Menino 23 – Infâncias Perdidas* no Brasil, buscando compreender como são retratadas as experiências das crianças negras e pardas submetidas ao trabalho escravo em uma fazenda no interior de São Paulo durante as décadas de 1930 e 1940. A película evidencia a trajetória de meninos oriundos de um orfanato no Rio de Janeiro, retirados oficialmente da instituição por um membro da elite paulista associado à Ação Integralista Brasileira (AIB) e adepto do nazismo. A investigação do presente trabalho fundamenta-se no referencial teórico de Pierre Bourdieu (2007), especialmente nos conceitos de *habitus* e de relações sociais, articulando-os à análise de cenas selecionadas do filme. A compreensão histórica das concepções de infância apoia-se nas contribuições reunidas por Mary Del Priore (2010a), na obra *História das Crianças no Brasil*. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, amparada em fontes bibliográficas. A questão central que orienta o estudo consiste em indagar de que modo o filme representa a infância no contexto dos eventos por ele historicizados. Conclui-se que a narrativa cinematográfica contrapõe diferentes infâncias, a das crianças negras e pardas exploradas, em particular do menino que era designado pelo número 23, e a das crianças pertencentes às classes abastadas, evidenciando desigualdades estruturais inscritas na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Infâncias perdidas; Menino 23; Trabalho escravo; Crianças negras e pardas.

ABSTRACT

This article analyzes representations of childhood in the film *Menino 23 – Lost Childhoods* in Brazil, aiming to understand how the experiences of Black and mixed-race children subjected to slave labor on a farm in the interior of São Paulo during the 1930s and 1940s are portrayed. The film highlights the trajectory of boys from an orphanage in Rio de Janeiro, officially taken from the institution by a member of the São Paulo elite associated with the Brazilian Integralist Action (AIB) and a supporter of Nazism. The investigation in this work is based on the theoretical framework of Pierre Bourdieu (2007), especially on the concepts of *habitus* and social relations, linking them to the analysis of selected scenes from the film. The historical understanding of concepts of childhood relies on contributions gathered by Mary Del Priore (2010a) in the work *History of Children in Brazil*. This is a qualitative research study supported by bibliographic sources. The central question guiding the study is to investigate how the film represents childhood within the context of the events it historicizes. It concludes that the

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em História, orientada pela Professora Dra. Albene Miriam Menezes Klemi.

cinematic narrative contrasts different childhoods: that of exploited Black and Brown children, particularly the boy who was designated by the number 23, and that of children from affluent classes, highlighting structural inequalities embedded in Brazilian society.

Keywords: Lost childhoods; Boy 23; Slave labor; Black and Brown children.

INTRODUÇÃO

A experiência da infância e seu valor têm uma historicidade. Ela é diversa para cada sociedade em seus distintos períodos. Este trabalho tem a pretensão de analisar a representação da infância no Brasil enfocada pelas lentes do filme documentário “Menino 23 – Infâncias Perdidas no Brasil”. O tema deste documentário de 2016, dirigido por Belisario Franca e produzido por Maria Carneiro da Cunha, tem origem no trabalho de doutorado de Sidney Aguilar Filho, intitulado “Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)”. Os meninos reportados são crianças e adolescentes que, de acordo com Aguilar Filho, “estavam sob a “disponibilidade” do juizado de Menores da Capital Federal e sob a “guarda” do Educandário Romão de Mattos Duarte da Irmandade de Misericórdia do Rio de Janeiro.” (Aguilar Filho, 2011, p. 24).

O historiador Sidney Aguilar Filho tomou conhecimento do fato ao seguir a trilha de uma informação dada por uma aluna em uma aula por ele ministrada no ensino médio sobre nazismo alemão, no ano de 1998. Essa aluna afirmara que uma grande quantidade de tijolos com o símbolo da suástica neles desenhado fora encontrada na fazenda de sua família quando do desmanche de uma edificação.

Ao investigar esta informação, o historiador chegou ao que ele chama de “o fato essencial” (Aguilar Filho, 2011, p. 24): a transferência de 50 meninos “pretos ou pardos” do mencionado educandário, sob a “tutela” legal de Osvaldo Rocha Miranda, para a fazenda em tela no interior de São Paulo, nos anos 1930, onde foram colocados para trabalhar sob condições degradantes e tolhidos da liberdade de ir e vir. O filme relata a saga desses meninos, com depoimentos de dois personagens desse evento, o “menino 23” (eles eram chamados por números de acordo com o tamanho de cada garoto) e Argemiro Santos, um sobrevivente.

Assim, este artigo é o resultado de uma leitura do filme em epígrafe e tem como objetivo identificar e analisar as representações da infância na película O Menino 23 – Infâncias Perdidas no Brasil. Para análise da representação, recorre-se à concepção de Pierre Bourdieu (2007), que postula que a representação é uma construção social que molda como os indivíduos percebem o mundo e como nele agem e que essas representações são produzidas e refletem o habitus, que é um sistema de disposições internalizadas pelos personagens sociais e estão

diretamente ligadas ao poder simbólico, posto funcionarem como instrumentos de dominação e constituírem um campo de luta entre grupos sociais que tentam impor suas próprias visões de mundo. Habitus também é entendido como “saber social incorporado” pelos indivíduos, que molda os destinos de uma nação ao longo do tempo.

Para contextualizar a visão de infância no período retratado pelo filme, este trabalho apresentou um breve panorama histórico do conceito de infância, com base na perspectiva de Philippe Ariès (1981). A partir desse referencial, delineou-se o tratamento dispensado às crianças desde a Idade Média até a contemporaneidade no Brasil, à luz, também, das contribuições da obra organizada por Mary Del Priore, *História das crianças no Brasil* (2010a), assim como de um artigo de Douglas de Araújo Ramos Braga (2015). Com base nesses autores, busco situar o lugar social reservado às infâncias desamparadas retratadas no filme em pauta, especialmente crianças negras, filhas de ex-escravizados e historicamente marginalizadas, evidenciando as formas de violência, exclusão e invisibilidade que marcaram suas trajetórias. Igualmente, busco identificar o lugar social do filho do proprietário da fazenda em epígrafe, como exemplo ilustrativo de outra infância, a não desamparada. Esse enquadramento histórico permite compreender como tais construções sociais de infância moldam as representações apresentadas pelo documentário *Menino 23*, orientando a análise proposta neste artigo.

Assim, este artigo tem como suporte uma pesquisa de natureza qualitativa que toma o filme em epígrafe como objeto e fonte de pesquisa. Sua linha de abordagem parte da questão norteadora, a pergunta de pesquisa: de que modo o filme *Menino 23 – infâncias perdidas no Brasil* representa a infância no contexto dos eventos por ele historicizados? Conclui-se que a narrativa cinematográfica contrapõe diferentes infâncias, a das crianças negras e pardas exploradas, em particular a infância do menino que era designado pelo número 23, e a das crianças pertencentes às classes abastadas, ilustrativamente exemplificadas pela figura do filho do senhor que se valia do trabalho infantil sob condições precárias, evidenciando desse modo, desigualdades estruturais inscritas na sociedade brasileira.

Registra-se, ainda, que os procedimentos metodológicos consistiram basicamente em um levantamento bibliográfico, tendo como referências de busca as bases de dados Scielo, Google Scholar, Concórdia e o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES utilizando-se das palavras-chave infância, infância perdida, família Rocha Miranda, história da infância, concepções de criança e infância, filme *Menino 23*. Os procedimentos técnicos constituíram-se no levantamento e tratamento da bibliográfica e da fonte documental, o filme em pauta. Para abordar o filme, assistiu-se o mesmo algumas vezes, tomando nota do tempo do filme no qual aparecem as cenas que seriam referenciadas neste artigo. Desse modo, quando se menciona

determinada cena do filme, a mesma é identificada no tempo de projeção que esta aparece na película com a indicação entre parênteses da hora, minuto e segundo do momento, como por exemplo (00:01:02), zero hora, um minuto e dois segundos.

À vista do exposto e considerando a reflexão de Marc Ferro no texto “O filme: uma contra-análise da sociedade?” que observa que “todo filme, documentário ou ficção, constitui um testemunho de seu tempo” (Ferro, 1975, p. 5), este trabalho se justifica por fazer uma análise histórica da representação da infância levando em conta as concepções difundidas pelas sociedades sobre a infância ao longo do tempo e incentivar uma reflexão sobre representações da infância no testemunho do filme *Menino 23 – infâncias perdidas no Brasil*.

HISTORICIDADE DO CONCEITO DE INFÂNCIA – BREVES CONSIDERAÇÕES

Para discutir o conceito de infância, toma-se como referência o autor Philippe Ariès²(1981). O historiador argumenta que a noção de “infância” como uma etapa específica, distinta e socialmente protegida é uma construção relativamente recente, consolidada apenas na sociedade moderna. Sua abordagem sobre a infância nos períodos antes da chamada modernidade toma como embasamento retratações de crianças em iconografias nas quais estas são retratadas como “miniadultos”. Contudo, tais representações não significam que as crianças eram desprezadas ou negligenciadas, e sim, que no medievo não se tinha a consciência da singularidade da infância em relação aos adultos.

A noção de infância como um estágio de vulnerabilidade ou de necessidade de proteção, hoje comum, não era predominante na mentalidade medieval. A formação moral e religiosa das crianças era atribuída predominantemente às famílias e à Igreja. As meninas eram preparadas para o casamento e para o cumprimento das responsabilidades domésticas, enquanto os meninos oriundos de famílias nobres recebiam instrução direcionada à obtenção de títulos clericais, sendo preparados para ocupar posições como a de padre ou outras funções religiosas de prestígio. (Ariès, 1981).

Diante desse cenário, Ariès (1981) argumenta que ocorre uma transformação nas relações sociais, na medida em que os sentimentos de afeto, cuidado e encanto direcionados às crianças favorecem uma maior aproximação entre adultos e crianças. Com a evolução dessas relações, a criança passa gradualmente a ocupar um lugar de maior relevância no âmbito

² Embora a obra de Philippe Ariès (1981) apresente contradições e seja alvo de debates na historiografia da infância, especialmente pela generalização de fontes europeias e pela ênfase em uma “descoberta” tardia da infância, sua contribuição permanece fundamental para compreender a construção histórica desse conceito. Opta-se aqui por utilizá-lo porque seu arcabouço teórico oferece uma base consistente para discutir a formação social da infância, aspecto central para a análise proposta neste artigo.

familiar e na estrutura social, inaugurando uma nova percepção sobre a infância. Essa mudança de perspectiva impulsiona um aumento da preocupação dos adultos com aspectos relacionados à saúde, à formação moral e à educação das crianças no contexto da sociedade medieval.

Ariès (1981) contrapõe que não apenas a Igreja atuou de forma decisiva no processo de “construção” social da infância. A partir do século XVII, sobretudo por volta de 1600, transformações de ordem social, cultural e filosófica na Europa contribuíram para que as crianças passassem gradualmente a ser percebidas como sujeitos distintos dos adultos, dotadas de especificidades e, portanto, necessitadas de proteção. É nesse contexto que o conceito de “infância” começa a emergir como categoria socialmente reconhecida. Com base nesse cenário, John Locke formula, em 1690, a teoria da *tabula rasa*, segundo a qual os indivíduos nascem desprovidos de conhecimento, adquirindo-o progressivamente por meio das experiências vividas. Ariès (1981) também recorre ao pensamento do filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau para demonstrar como os ideais do Iluminismo produziram novas reflexões sobre a infância. Para Rousseau, a educação deveria considerar a natureza própria da criança, o que introduziu uma perspectiva mais racional e sistematizada sobre a formação infantil. Essas formulações contribuíram para a ruptura de paradigmas tradicionais, favorecendo a consolidação de uma visão que atribui centralidade à razão e ao desenvolvimento da autonomia na formação dos sujeitos.

Sob a perspectiva de Rafael Chambouleyron (2010), no capítulo “Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista”, da mencionada obra organizada por Del Priore, a Igreja vai adotar um papel fundamental na introdução da perspectiva de infância. Ao notarem de que a criança frágil e pura era passível de catequização e que os valores católicos adquiridos perpetuariam por toda a vida, as mudanças a partir dos religiosos para com as crianças passa a ocorrer. A distinção entre o mundo adulto e o infantil começa a influenciar mudanças sociopolíticas, ocasionando mudanças também no ceio das famílias. Tais alterações fazem com que a educação passasse a ser responsabilidade da família, com o objetivo de que a moral das crianças não fosse abastada com a chegada a vida adulta.

Com o advento da Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, a infância passa a ser marcada por um processo crescente de institucionalização. O êxodo rural e a reorganização produtiva que caracterizam esse período impuseram às famílias condições de trabalho extremamente rígidas, levando adultos e crianças a integrarem a força laboral em jornadas exaustivas, mal remuneradas e realizadas em ambientes insalubres. Diante desse cenário, instituições filantrópicas e grupos de reformadores sociais na Inglaterra passaram a denunciar publicamente as condições degradantes às quais os menores eram submetidos. Essas

mobilizações resultaram na promulgação de legislações como as *Factory Acts*³, que estabeleceram limites ao trabalho infantil e buscavam garantir proteção mínima às crianças inseridas no contexto fabril. Dessa forma, a Revolução Industrial não apenas intensificou a exploração da mão de obra infantil, como também inaugurou debates sobre direitos, proteção e regulação do trabalho das crianças nas sociedades ocidentais, delineando novas formas de compreender a infância no contexto europeu. (Ariès, 1981).

Após a primeira fase da Revolução Industrial, com a chegada da década de 1830, o trabalho infantil passou a ser socialmente questionado e gradualmente visto de forma negativa, inaugurando uma nova concepção de infância. Nesse contexto, as crianças começaram a ser reconhecidas como sujeitos que deveriam viver uma etapa própria da vida e não mais como “mini-adultos”, conforme discutido por Philippe Ariès (1981). Para compreender essa transição, em que a criança deixa de ocupar uma posição secundária para se tornar o centro das atenções familiares, recorre-se à obra *A infância como objeto da história: um balanço historiográfico* de Douglas de Araújo Ramos Braga (2015). O autor argumenta que somente no século XIX o filho passa a receber investimento afetivo e educacional, sendo visto como o “futuro da nação” e depositário das expectativas sociais. No entanto, como ressalta a historiadora Michelle Perrot (2009, apud Braga, 2015), essa valorização da infância não se estendia de forma igual a todas as crianças. Para a autora, não apenas as crianças privilegiadas deveriam ser vistas como o futuro da sociedade, mas também aquelas desprovidas de recursos materiais, que raramente recebiam investimentos afetivos, econômicos ou educacionais, sendo submetidas, sobretudo, a políticas voltadas à disciplina e ao controle social.

Desse modo, somente no início do século XX as crianças passaram a integrar, de forma mais sistemática as políticas públicas na América Latina. Enquanto na Europa a infância já era associada à educação formal, com acesso a escolas de qualidade e ensino voltado para o desenvolvimento intelectual, na América Latina o processo educacional foi frequentemente vinculado ao trabalho e à disciplina social (Birn, 2007, apud Braga, 2015). No caso brasileiro, as primeiras iniciativas de atenção à infância concentraram-se em medidas de higienização escolar, com investimentos voltados à limpeza dos ambientes, ao saneamento e à oferta de água potável, refletindo uma preocupação mais com a ordem e a saúde pública do que com a formação integral das crianças.

³ O principal objetivo deste decreto era regulamentar o trabalho de menores do sexo feminino (de 12 a 15 anos) e do sexo masculino (de 12 a 14 anos), tanto com relação à jornada quanto ao ambiente de trabalho.

SUMÁRIO DA HISTÓRIA DAS CRIANÇAS NO BRASIL

A história das crianças em terras brasileiras, antecede ao Brasil posto mister se faz mencionar as diversas vivências da infância dos povos indígenas antes da chegada de Cabral. Todavia, à luz das reflexões do capítulo O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império, (Del Priore, 2010b), desloco o olhar para a realidade da infância no Brasil Colônia, observo que o período de infância das crianças da elite, era moldado por uma estrutura de afeto, ensino religioso, como a catequese e ensino com professores estrangeiros que conflitava rotineiramente com a cultura e hábitos de crianças negras, o que dificultou na adoção de uma rotina semelhante à adotada na Europa, resultando na conformação de uma sociedade mestiça e heterogênea, cujas dinâmicas sociais e culturais influenciavam inclusive os processos educativos e as formas de sociabilidade das crianças pertencentes às camadas elites.

Ao contrário das crianças pertencentes às camadas elites, as crianças indígenas, crianças desamparadas, órfãs ou oriundas de famílias em situação de pobreza tiveram sua infância marcada por práticas educativas pautadas predominantemente por preceitos católicos, desenvolvidas em instituições como orfanatos, casas de misericórdia e dispensários religiosos. Além da formação moral e religiosa, essas crianças eram frequentemente inseridas precocemente no mercado de trabalho, o que reforçava sua condição de vulnerabilidade. A experiência infantil desses grupos aproximava-se da vivenciada pela elite apenas no que diz respeito ao uso de castigos físicos, o que para a os indígenas era repugnantes, pois, diferente dos jesuítas, os indígenas não tinham essa prática. Contudo, enquanto entre as crianças da elite tais punições tinham o propósito de discipliná-las para o papel social que deveriam desempenhar na vida adulta, entre as crianças desamparadas os castigos assumiam caráter essencialmente punitivo, reforçando desigualdades e hierarquias sociais (Del Priore, 2010b).

Em contraste, no decorrer do século XIX, no contexto do Brasil Império, as crianças pertencentes às elites experimentaram formas distintas de socialização, acesso à educação e construção da infância, refletindo a reorganização política, econômica e cultural do país. As crianças da elite no Brasil do século XIX, tiveram sua infância marcada por um misto de sentimentos, que unido às práticas, visavam proteger, educar e moldar as crianças, sobretudo da elite, em consonância com os ideais sociais da época. As precárias condições de saúde unida às altas taxas de mortalidade infantil, fez com que gerasse uma necessidade de cuidado exacerbado para com as crianças da elite (Mauad, 2010).

Nesse contexto, as crianças pertencentes à elite do Império eram cercadas por cuidados que visavam prepará-las para os papéis sociais esperados de seu grupo. Para as meninas, essa formação concentrava-se nos afazeres domésticos e nas práticas consideradas adequadas à

feminilidade, para os meninos, buscava-se o desenvolvimento de uma “postura viril e poderosa” (Del Priore, 2010, p. 143). Partia-se do pressuposto de que a infância constituía uma etapa formativa essencial, destinada a moldar comportamentos e competências para a vida adulta, em conformidade com os padrões morais, culturais e sociais previamente estabelecidos. (Mauad, 2010).

Observa-se ainda, que a significativa imigração para o Brasil, especialmente a italiana fez com que nas primeiras décadas do século XX houvesse um crescimento industrial considerável no Estado de São Paulo. Famílias imigrantes se viram obrigadas a enviar seus filhos ao trabalho infantil, enfrentando jornadas de 11 horas nas fabricas, sobretudo do setor têxtil. para sobreviverem, tanto meninos quanto meninas eram utilizados nas fabricas de São Paulo (Santos, Marco Antonio Cabral dos. 2010).

No Brasil do século XX, difundiu-se o discurso de que o trabalho constituía um instrumento de regeneração moral da infância abandonada. A partir dessa perspectiva, justificava-se a criação das chamadas “colônias correccionais” e de outras instituições destinadas ao acolhimento de crianças consideradas “viciadas” ou moralmente desviadas. Nesses espaços, defendia-se que a pedagogia do trabalho⁴ deveria ser aplicada de forma compulsória aos menores desamparados, sob o argumento de que tal prática seria capaz de disciplinar, moralizar e reintegrar esses sujeitos à ordem social vigente (Godoy, 1904, apud Del Priore, 2010b).

Embora na década de 1910, fossem criados Leis e Decretos, como o Decreto nº 233 de 1894, a Lei Estadual nº 1596/1917⁵. A legislação não foi capaz de assegurar a proteção efetiva da infância contra a exploração, uma vez que se fundamentava em um sistema de fiscalização ineficiente e, em grande medida, inoperante. Ademais, apresentava amplas lacunas em diversos dispositivos legais, decorrentes de sua excessiva subjetividade. Expressões como “trabalho comum”, “serviço leve” etc., eram utilizadas pela elite para mascarar a realidade. Que era de um trabalho sem remuneração, insalubre e com jornada excessiva (Passetti, 2010).

⁴ Buscava-se, por meio do trabalho, a ressocialização do adolescente, de modo que o aprendizado os tornasse o futuro da nação.

⁵ Artigo 94. - Os menores referidos no artigo 92, admitidos ao trabalho, não poderão:

§ 1.º - Trabalhar em fabricas de bebidas alcoolicas, distilladas ou fermentadas, ou industrias perigosas ou insalubres. § 2.º - Lidar com machinismos perigosos, executar serviços que offereçam riscos de accidentes, ou qualquer trabalhoque demande da parte delles conhecimento e atenção especciaes. § 3.º - Executar trabalhos que produzam fadigas demasiadas, taes como transporte de materiaes, fardos e volumes de peso superior ás suas forças. § 4.º - Incumbir-se de composição ou impressão de trabalhos typographicos, lithographicos ou outros, que offendam a moral. § 5.º - Os menores até a idade de 18 annos e as mulheres não poderão, em caso algum, executar nas fabricas serviços nocturnos.

SOBRE O FILME MENINO 23 – INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL E O SEU ENTORNO

Iniciam-se este item informando a ficha técnica do documentário “Menino 23 – infâncias perdidas no Brasil”. Trata-se de uma produção brasileira. Ano: 2016. Duração 79 min e 31 s. Direção: Belisario Franca. Produção: Maria Carneiro da Cunha. Produção executiva: Cláudia Lima. Roteiro: Bianca Lenti; Belisario Franca. Música: Armand Ama. Direção de fotografia: Thiago Lima; Mário Franca. Direção de arte: Rogério Costa. Edição: Yan Motta. Companhias produtoras: Giros Audiovisual; co-produção: Globo Filmes/ Globo News; Canal Brasil. Distribuição: Elo Company. Lançamento: 7 de julho de 2016.

Portanto, o documentário Menino 23 – Infâncias Perdidas no Brasil⁶⁷, lançado em 2016, foi dirigido por Belisário Franca e tem duração de aproximadamente 79 min e 31 s, encontra-se disponível na plataforma YouTube. O documentário conta como o professor historiador Sidney Aguilar Filho, descobriu uma das páginas mais sombrias e silenciadas da história brasileira: o trabalho forçado e a exploração de crianças negras sob o regime do Estado Novo. A narrativa parte da descoberta de tijolos marcados com suásticas nazistas em uma antiga fazenda no interior de São Paulo, após uma aula sobre nazismo para uma turma de ensino médio, em 1998, quando uma aluna informa que na fazenda da família, no interior de São Paulo, tem tijolos desenhados com a suástica nazista, tijolos estes que vieram à tona quando do desmanche de uma edificação.

Após investigação minuciosa, Sidney Aguilar Filho faz da descoberta sua tese de doutorado, defendida em 2011 sob o título “Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)”, defendida na Universidade Estadual de Campinas/Unicamp. Com base na tese, é feito o roteiro do documentário em pauta. Em sua investigação, o historiador Sidney Aguilar Filho fica sabendo do trabalho de crianças e adolescentes que trabalharam na fazenda onde existiam os aludidos tijolos na época que os tijolos foram produzidos. Ele, então investiga o destino de cerca de cinquenta meninos, órfãos, pretos e pardos, retirados de uma instituição no Rio de Janeiro e levados para trabalhar em propriedades da família Rocha Miranda, simpatizante de ideais nazifascistas e do integralismo.

A partir do trabalho doutoral de Aguilar Filho, por meio de entrevistas, documentos e reconstruções audiovisuais, o filme expõe o racismo estrutural, o autoritarismo e a naturalização

⁶ [\(1\) MENINO 23 - INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL - YouTube](#)

⁷ A abertura dos hiperlinks pode ser realizada por meio do clique com o botão direito do mouse, selecionando a opção correspondente.

da violência que marcaram o Brasil nas décadas de 1930 e 1940. Ao dar voz aos sobreviventes, como o senhor Aloísio Silva, o menino 23, o documentário rompe com o apagamento histórico e evidencia a relação entre a eugenia, o nacionalismo elitista e o uso da infância desamparada como instrumento de dominação.

Inicia-se o documentário com o historiador Sidney Aguilar Filho narrando que a descoberta dos tijolos marcados com a suástica ocorreu a partir de uma aula de História ministrada em 1998 para uma turma do ensino médio (00:01:42). Na sequência, o fazendeiro conhecido como “Tatão” adentra uma propriedade rural em Campina do Monte Alegre (SP) e apresenta os tijolos que exibiam o símbolo nazista (00:04:15). “Tatão” afirma ter conhecido a Fazenda Cruzeiro do Sul em 1941 e relata que encontrou os tijolos enquanto realizava tarefas relacionadas ao trato com porcos. Ao ver os tijolos pela primeira vez, menciona ter sentido náusea, curiosidade e profunda indignação, o que o levou a buscar explicações para a presença daquele material no local (00:05:41). Segundo seu depoimento, ele iniciou uma “investigação” informal, dirigindo-se a moradores mais antigos, vizinhos e ex-empregados da fazenda (00:06:02). Todavia, encontrou resistência, motivada pelo temor que a família proprietária inspirava na comunidade, uma vez que era percebida como detentora de grande poder econômico e social (00:06:13). “Tatão” acrescenta ter sido rotulado como “tonto” e “louco” por insistir em compreender a origem dos tijolos, e afirma que apenas cerca de quatorze anos depois obteve esclarecimentos, quando as pesquisas de Sidney Aguilar Filho vieram à tona (00:06:23; 00:06:30).

O historiador Sidney Aguilar Filho reaparece no documentário relatando os primeiros passos de sua investigação. Ele explica que, em sua primeira visita a Campina do Monte Alegre, encontrou-se com um ex-funcionário da fazenda, o senhor Aluísio, que, como revela posteriormente, fora um dos meninos majoritariamente negros retirados de um orfanato no Rio de Janeiro em 1933. Senhor Aluísio revelou a transferência das crianças para a fazenda, constituindo o ponto de partida para que Aguilar Filho passasse a interrogá-lo sobre suas memórias do deslocamento entre o Rio de Janeiro e o interior paulista (00:07:06; 00:07:21; 00:08:30). No desenvolvimento da narrativa, Aguilar Filho afirma que, antes de retornar a Campina do Monte Alegre, decidiu consultar o Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, com o objetivo de aprofundar os dados disponíveis (00:09:43). Nesse acervo, localizou documentação referente à família Rocha Miranda, proprietária da fazenda, o que lhe permitiu avançar na reconstrução histórica do caso (00:10:04).

O filme documentário parte então para uma aprofundada síntese sobre o Brasil e a sociedade brasileira a partir dos anos 1920, a partir da narração de Sidney Aguilar Filho (00:11:28). Aguilar Filho, traz intelectuais como Circe Bittencourt (00:12:31) para tratar sobre o pós

abolição, e dá sequência com explicações sobre a política de eugenia com os relatos do sociólogo José Luis Solazzi e do cientista político Edson Passetti (00:13:17; 00:14:40). Esses e outros relatos de intelectuais, junto com imagens e áudios de época, servem para ilustrar a sociedade brasileira que compactuou com ideologias autoritárias, como o nazifascismo e normalizou a transferência das crianças negras do orfanato (00:15:11).

Após o filme sintetizar a sociedade que compactuava com ideais eugênicos e políticas de higienização da população. O filme volta a mostrar as pesquisas documentais feitas pelo historiador Sidney Aguilar Filho (00:19:00), em especial a pesquisa na qual ele encontra os documentos do senhor Aluísio, que consta o nome de sua mãe (00:19:15), a data que foi retirado do Educandário Romão Mattos Duarte⁸, em 1933 e que sua transferência foi quando tinha 10 anos de idade (Aguilar Filho, 2011). Ao retornar ao Educandário Romão Mattos Duarte, o senhor Aluísio relata que Osvaldo Rocha Miranda, jogou diversas balinhas no chão do pátio do orfanato e as crianças que corriam mais rápido para pegar eram as escolhidas (00:22:15).

Ao avançar para uma breve reconstrução biográfica da família Rocha Miranda, Sidney Aguilar Filho expõe os diversos campos de atuação, os vínculos econômicos e as funções exercidas pelos irmãos Renato, Sérgio, Osvaldo e Otavio Rocha Miranda, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo. A partir dessa contextualização, o historiador apresenta a documentação que estabelece conexões diretas entre os membros da família, o nazismo e o Integralismo brasileiro (00:24:46; 00:26:29). O documentário também incorpora a participação do historiador Luís Edmundo, que oferece uma explicação sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB), situando o movimento no cenário político e ideológico da época (00:26:47).

O senhor Aluísio prossegue descrevendo como ocorreu o traslado das crianças do Educandário Romão Mattos Duarte, no Rio de Janeiro, até a Fazenda Santa Albertina, localizada em Campina do Monte Alegre, interior de São Paulo (00:28:47). Já na sequência, sob a narração de Sidney Aguilar Filho, o documentário apresenta vídeos e fotografias que retratam a imagem pública dos irmãos Rocha Miranda, amplamente reverenciados pela população local. Apoiado no argumento de que a família constituía a principal benfeitora da cidade, o filme registra depoimentos de moradores que relativizam ou contestam os relatos de Aluísio acerca das experiências vividas durante sua infância na Fazenda Santa Albertina (00:31:45).

⁸ Este é um dos três orfanatos da Santa Casa da Misericórdia, responsável por acolher crianças em situação de abandono e instruí-las em determinados ofícios, como atividades domésticas e funções voltadas ao serviço da nação, especialmente nos baixos escalões da Marinha e do Exército.

O Menino 23 e o senhor Argemiro, relatam que eles só tiveram acesso à educação no primeiro ano em que chegaram na fazenda Santa Albertina, no interior de São Paulo, e que a rotina era levantar com o nascer do sol e trabalhar até o entardecer. Sem acesso à educação, convívio social e remuneração financeira. No documentário, o cientista político Edson Passetti, argumenta que essas crianças, esses “menores desamparados”, eram vistos como “um contingente disponível ao adestramento”.

No filme, Os relatos do senhor Aluísio e do senhor Argemiro apresentam diversas semelhanças. Após ser-lhe mostrada uma fotografia, o senhor Aluísio reconhece mais uma criança, mais um “irmão”, como eles se consideravam. José Alves de Almeida, conhecido como “Dois”, foi o único entre os meninos que chegou a conviver socialmente com a família Rocha Miranda. Já falecido, sua história foi reconstituída por meio dos relatos e de fotografias que sua de sua esposa e seus filhos. Devido à convivência, de certa forma familiar, com os Rocha Miranda, José Alves de Almeida permaneceu na fazenda até sua morte, enquanto as demais crianças foram liberadas apenas em 1942, quando Vargas declara guerra à Alemanha (Aguilar Filho, 2011), com exceção do senhor Argemiro, que havia fugido antes desse período.

A produção do filme também localizou Maurício Vidal Rocha Miranda, sobrinho de Osvaldo Rocha Miranda. No entanto, ele recusou-se a apresentar sua versão dos fatos, alegando que a produtora havia negado o acesso prévio ao conteúdo do documentário. Em 2013, Maurício criou o blog “O Direito de Resposta”⁹, no qual tornou público e-mail enviado, em 2012, à Unicamp após a publicação da tese de doutorado do historiador Sidney Aguilar Filho. No e-mail, Mauricio Vidal Rocha Miranda, escreve ao reitor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), alegando que há um fato que poderá resultar em processo por danos morais contra a Universidade. Em seguida, Mauricio Vidal Rocha Miranda, inicia falando da tese de doutorado do historiador Sidney Aguilar Filho, afirmando que as declarações presentes na tese são infundadas e sensacionalista, pois, as acusações proferidas à família Rocha Miranda, de associação a práticas de cunho nazistas não tiveram abertura para a contraditória, o que faz com que a imagem social da família seja manchada. Mauricio Vidal Rocha Miranda, alega ter depoimentos de pessoas que conviveram e trabalharam à época com a família Rocha Miranda, que contrapõe as acusações proferidas pelo historiador Sidney Aguilar Filho contra os irmãos Rocha Miranda. Segue para finalizar o e-mail, depositando esperanças de que o reitor da

⁹ [odireitoderesposta | Blog no qual a família Rocha Miranda se defende de acusações infundadashttps://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?q=youtube+menino+23+infancias+perdidas+no+brasil&&mid=D8EF274EFD746860C04ED8EF274EFD746860C04E&FORM=VAMGZC](https://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?q=youtube+menino+23+infancias+perdidas+no+brasil&&mid=D8EF274EFD746860C04ED8EF274EFD746860C04E&FORM=VAMGZC)

universidade “não permita que a credibilidade da universidade seja tisonada por um trabalho claramente sensacionalista e oportunista”.

Para reforçar seus argumentos, Maurício Vidal Rocha Miranda divulgou uma carta, recebida em 2013, da neta de Renato Guimarães, conhecido como “Renatão”, um dos meninos retirados do Educandário Romão Mattos Duarte. Nessa correspondência, a neta declara: “os Rocha Miranda são exemplos a serem seguidos” e manifesta gratidão por tudo o que, segundo seu relato, a família teria proporcionado a seu avô e aos seus descendentes.

Dada a falta de posicionamento para com, segundo Mauricio Vidal Rocha Miranda, as inverdades escritas pelo historiador Sidney Aguilar Filho em sua tese de doutorado, em 2014, Maurício Vidal Rocha Miranda publicou um vídeo na plataforma YouTube intitulado “Direito de Resposta da Família Rocha Miranda”¹⁰. O vídeo produzido por ele mesmo, possui aproximadamente 40 minutos e 20 segundos de duração e reúne depoimentos de moradores da cidade de Campina do Monte Alegre, em São Paulo, que afirmam ter convivido com a família Rocha Miranda durante o período retratado no documentário, décadas de 1930 e 1940.

Os entrevistados declaram nunca ter ouvido falar sobre qualquer relação da família com o nazismo ou o integralismo. Afirmam, ainda, que sabiam da presença das crianças nas fazendas Santa Albertina e Cruzeiro do Sul, mas que estas teriam acesso à educação e ao convívio social. Em um dos depoimentos, uma das pessoas entrevistadas relata conhecer o senhor Aluísio e afirma não compreender por que ele teria mentido ao historiador Sidney Aguilar Filho sobre sua infância na fazenda.

A pesquisa que dá suporte a este artigo não identificou manifestação do autor da tese de doutorado que dá lastro ao filme quanto ao posicionamento do membro da família Rocha Miranda, como também não identificou manifestação do produtor do filme sobre essa questão.

A HISTÓRIA POR TRÁS DO MENINO 23

O documentário em pauta reporta caso de brasileiro adepto do nazismo a ponto de desenhar o símbolo mais emblemático desta ideologia, a suástica, em tijolos usados para edificação em sua fazenda, como também, como foi identificado pelo historiador Aguilar filho, tinha ferro de marcar gado com o desenho da suástica e com ele eram ferrados animais da fazenda. Ou seja, não era somente gravada de forma encoberta nos tijolos, mas também de forma visível no couro dos animais. Este é um habitus do personagem que pegou crianças e

¹⁰ [Mirandahttps://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?q=youtube+direito+de+resposta+familia+rocha+miranda&mid=DF5BC6A439A6E576D824DF5BC6A439A6E576D824&FORM=VIRE](https://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?q=youtube+direito+de+resposta+familia+rocha+miranda&mid=DF5BC6A439A6E576D824DF5BC6A439A6E576D824&FORM=VIRE)

adolescentes pardas e negras em um orfanato e levou para trabalhar em sua fazenda. Esses usos do símbolo nazista, denotam a penetração do nazismo no Brasil

A bibliografia pesquisada explica a penetração dessa ideologia no país correlacionando-a com a imigração alemã para o Brasil. Particularmente com a fase do pós- Primeira Guerra Mundial. Levando em consideração que a Alemanha enfrentava dificuldades em decorrência do Tratado de Versalhes (1919), imigrantes alemães recorreram ao Brasil para buscar melhores condições de vida. Esse evento teria aumentado o contingente de imigrantes dessa etnia em um momento quando na Alemanha se disseminava as ideias nazistas. Isso teria contribuído para que no Brasil ocorresse a vinda de imigrantes simpatizantes ou adeptos do nazismo. Fato é que, tendo cerca de 2.900 simpatizantes, a maioria da região Sul, o Brasil se tornou o país com o maior número de adeptos ao nazismo fora da Alemanha, durante seu período de perduro, entre os anos de 1928 e 1938 (Dietrich, 2007).

Em paralelo à existência do Partido Nazista Alemão, Plínio Salgado, com o apoio de intelectuais brasileiros, fundou a Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932. O movimento apresentava afinidades com o fascismo europeu, pautado por um nacionalismo exacerbado e pela implementação de políticas antissemitas, a exemplo do regime nazista alemão (Trindade, 1974, apud Reiss, 2013). O integralismo conquistou expressivo número de adeptos nas décadas de 1930 e 1940, entre eles, a família Rocha Miranda. Entretanto, a partir de 1937, o movimento passou a ser alvo de repressão por parte do governo de Getúlio Vargas, sendo posteriormente declarado ilegal durante o Estado Novo.

O personagem em foco adepto do nazismo é membro da família Rocha Miranda, uma família influente e participativa na elite brasileira desde os tempos do Império, com o Barão de Bananal, um político, fazendeiro e escravocrata. Seu filho, Luís Rocha Miranda, em 1916 adquire uma grande propriedade em Campina do Monte Alegre, São Paulo (SP), e partilha entre os filhos do segundo casamento, Otávio, Osvaldo, Sérgio e Renato Rocha Miranda. Três partes dessa propriedade se tornam as fazendas Santa Albertina, Cruzeiro do Sul e Retiro Feliz (Aguilar Filho, 2011). Aqui levanta-se a ponderação que este personagem vem de um ambiente social no qual o habitus social incorpora uma visão de mundo escravocrata e por suposto racista que coadunava com o racismo do nazismo que asseverava a superioridade de uma etnia sobre outras.

Renato Rocha Miranda demonstrava simpatia explícita pelo nazismo e o integralismo, ele e seu irmão, Osvaldo Rocha Miranda teriam integrado durante a década de 30, a “Câmara dos Quarenta”, instância dirigente da Ação Integralista Brasileira (AIB). Como membros desse órgão superior, os irmãos Rocha Miranda ocupavam posição de destaque dentro da estrutura do

movimento, o que evidencia seu alinhamento ideológico com o autoritarismo, o nacionalismo exacerbado e o anticomunismo (Aguilar Filho, 2011).

Pautado no pensamento de que a raça ariana era superior e que, portanto, as demais deveriam os servir. Na década de 1930, Osvaldo Rocha Miranda procura o orfanato Educandário Romão Mattos Duarte, localizado no Rio de Janeiro, que recebia crianças através dos clérigos, da roda de expostos e de juizes que julgavam as crianças como vadios¹¹, mendigos¹² e libertinos¹³, que tinham potencial de serem adotadas. E seleciona, inicialmente cerca de vinte crianças, entre 9 e 12 anos, meninos, pretos e pardos, sob a promessa de que iria garantir estudos e ensiná-los um ofício. Os meninos são levados da Capital do País para a fazenda Santa Albertina, em Campina do Monte Alegre, interior de São Paulo e passam a ter cachorros fazendo a vigilância para que não houvesse fugas. Ao todo, Osvaldo Rocha Miranda conseguiu a tutela de cinquenta crianças, todas retiradas do Educandário Romão Mattos Duarte (Aguilar Filho, 2011).

Adepto ao movimento Integralista Brasileiro e com a guarda das crianças, Osvaldo Rocha Miranda obrigava-os a praticar aulas de música para que durante as reuniões da Ação Integralista Brasileira (AIB), que esporadicamente ocorriam na fazenda Retiro Feliz, os meninos utilizando o uniforme dos integralistas tocassem para os membros. Senhor Aluísio Silva e senhor Argemiro, relatam no documentário que sequer sabiam o que era Nazismo ou Integralismo, mas que estavam acostumados a verem a suástica nazista nos gados, documentos, tijolos e na bandeira do time de futebol dos garotos da fazenda (Aguilar Filho, 2011).

¹¹Decreto nº 17.943-A, de 12 de out. de 1927: Art. 28. São vadios os menores que: a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractarios a receber instruccão ou entregar-se a trabalho sério e util, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros publicos; b) tendo deixado sem causa legitima o domicilio do pae, mãe ou tutor ou guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguem por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros publicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou prohibida.

¹² Art. 29. São mendigos os menores que habitualmente pedem esmola para si ou para outrem, ainda que este seja seu pae ou sua mãe, ou pedem donativo sob pretexto de venda ou offerecimento de objectos.

¹³ Art. 30. São libertinos os menores que habitualmente: a) na via publica perseguem ou convidam companheiros ou transeuntes para a pratica de actos obscenos; b) se entregam á prostituição em seu proprio domicilio, ou vivem em casa de prostituta, ou frequentam casa de tolerancia, para praticar actos obscenos; c) forem encontrados em qualquer casa, ou logar não destinado á prostituição, praticando actos obscenos com outrem; d) vivem da prostituição de outrem.

De forma gradativa o Nazismo e o Integralismo passam a serem vistos com maus olhos e tais ideais políticos e seus apoiadores se tornam condenados pela sociedade. Sérgio Rocha Miranda vai embora do Brasil e deixa seu sobrinho Renato Rocha Miranda Filho, à frente da fazenda. Renatinho, como era conhecido, na década de 40 determina que todos os meninos estão livres, exceto o “Dois”. “Dois” foi o único que não exerceu trabalho braçal no campo, ele era uma espécie de “mordomo” da família Rocha Miranda, tinha liberdades e convívio social, porém, sem remuneração financeira. Senhor Aluísio Silva alega que escolheu ficar, pois, não sabia qual caminho seguir, enquanto Argemiro dos Santos, já havia fugido há algum tempo. (Aguilar Filho, 2011).

REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NO FILME MENINO 23

Ilustrativamente vamos analisar algumas cenas que representam a infância partindo de concepções do autor Pierre Bourdieu (2007). Bourdieu explica que, as relações sociais se constituem a partir de práticas e disposições que produzem e reproduzem desigualdades no interior da sociedade. A partir dessa definição, é possível compreender que a representação social discutida pelo autor se manifesta de forma explícita, no filme *Menino 23 – Infâncias Perdidas no Brasil*, pois, revela como a família Rocha Miranda, pertencente à elite brasileira, alinhada a ideais nazifascistas e eugênicos, obteve a tutela de cinquenta crianças órfãs e as utilizou para benefício próprio, perpetuando um sistema de exploração análogo à escravidão (Ver: 8:03; 27:53). Com isso, as relações de poder foram estabelecidas e continuamente reforçadas, assegurando que a família Rocha Miranda mantivesse sua posição de privilégio, enquanto as crianças permaneciam em condição de subalternidade e marginalização (1:12:28; 1:13:52).

A infância de crianças brancas foi representada no filme através de registros de 1941, referentes a concursos infantis realizados por famílias participantes da elite do Rio de Janeiro, cujo objetivo era selecionar “a criança mais bonita” ou “a melhor criança”. Práticas alinhadas ao ideário eugenista, e que, por essa razão, contavam majoritariamente com a participação de crianças brancas (00:16:10). Em paralelo a tais representações, para representa a infância de crianças negras da época, o filme recorreu a trechos de produções cinematográficas como *O Despertar da Redentora* (1942) e *Onde Estás Felicidade?* (1939), que reproduzem narrativas nas quais crianças negras são representadas de forma inferiorizada (00:17:44). No filme *Onde Estás Felicidade?* (1939), por exemplo, uma criança negra adentra a sala de jantar da família branca para quem sua mãe trabalha, com o intuito de solicitar uma louça. Antes que ele deixe a casa, uma jovem branca se oferece para levar a louça até a mãe do garoto, ao sair, ela afirma: “fiquem

sonhando com o passado” (00:18:39). A fala, proferida por uma personagem branca que assume a ação enquanto a criança negra se retira de mãos vazias, sugere uma referência à escravidão, abolida há apenas cerca de quarenta anos, reforçando a permanência de hierarquias raciais e de relações de subalternidade então ainda naturalizadas no imaginário social da época.

No filme, para se referir a criança, sobretudo negra e desamparada, o cientista político Edson Passetti, afirma que se utilizava do termo “menor” para designar “um contingente disponível ao adestramento” (00:43:20). Essa classificação linguística revela como o vocabulário institucional e estatal produzia distinções simbólicas que negavam a essas crianças o status pleno de infância. Conforme destacam Passetti e o historiador da educação José Gonçalves Gondra, o Estado via nesses meninos um potencial perigo social, rotulando-os como indesejáveis e, portanto, passíveis de institucionalização, quer fosse nas Forças Armadas, nos abrigos, ou como no caso das crianças aqui analisadas, no Educandário Romão Mattos Duarte, que era chefiado pela Santa Casa da Misericórdia (00:43:37). Dessa forma, o documentário evidencia o conceito de violência simbólica que é trabalhada por Bourdieu (2007). A violência simbólica se manifesta não apenas nas práticas de exclusão, mas também nas representações e discursos que naturalizam a desigualdade, demonstrando que a própria linguagem pode atuar como um instrumento de poder na legitimação das relações de dominação.

Para analisar a infância das crianças que viviam no Educandário Romão Mattos Duarte, e posteriormente passaram a viver na fazenda Santa Albertina, recorre-se ao conceito de *habitus*, elaborado por Bourdieu (2007). O *habitus* visa explicar a percepção, o pensamento e a ação que o indivíduo incorpora com base nas suas experiências de vida. Com base nisso, é notório que cada um dos meninos do Romão Duarte, teve seu *habitus* formado primeiramente pela vida no orfanato, onde o senhor Aluísio alega que eles costumavam brincar de bola, patinete, bicicleta e que tinham acesso a estudos (00:21:55), ou seja, chegavam perto do que é ter uma infância. Em seguida, pela difícil experiência vivenciada na fazenda (18:46; 40:12), onde foram institucionalizados, e por isso, o senhor Aluísio revela que a infância dele foi roubada e que ele sequer sabe o que é isso [infância]. (00:9:20).

Guiado pelo sentimento de revolta e mágoa, Aloísio afirma que nunca teve carinho de pai e de mãe (00:19:39), que a forma como foi escolhido por Osvaldo Rocha Miranda no orfanato é semelhante à forma que se compra gado (00:23:18) e que vivenciou tais situações por ser um “João ninguém” (00:23:28), expressão que sintetiza a consciência de sua posição social inferiorizada e da ausência de reconhecimento simbólico. Sua fala evidencia a internalização das hierarquias sociais, demonstrando como o *habitus* e a violência simbólica, conceitos centrais em Bourdieu (2007), atuam na formação da subjetividade dos dominados.

Na fazenda, as crianças viveram em um espaço de submissão, o senhor Aluísio alega que acordavam ao amanhecer, tomavam banho e começavam a trabalhar. Ele revela ainda, que o banho era ao ar livre e que durante o inverno chegava a cair gelo, por isso, passavam muito frio (00:40:35). Senhor Aluísio também revela que tinha que arrancar capim com as mãos, mesmo que estivessem sangrando, os relatos dele com os do senhor Argemiro se assemelham quando ambos falam que os únicos afazeres que os meninos tinham na fazenda era trabalhar, cuidar de cavalo, capinar etc. e que iam dormir ao anoitecer (00:41:29).

O senhor Aluísio e o senhor Argemiro foram questionados pelo historiador Sidney Aguilar Filho se na fazenda havia castigo, com extremo pesar o senhor Aluísio fala o seguinte: “Nós fomos muito “judiado”, muito maltratado também” (00:45:34), senhor Argemiro alega que eles apanhavam com “Vara de marmelo”, sofriam com palmatória quando “não andava direito” (00:45:43; 00:47:10). Tais experiências moldaram tanto a visão de cada um sobre si mesmo quanto a visão de mundo. Ao adquirirem o conhecimento de que viveram em uma posição de subalternidade e servidão, mas que ao mesmo tempo tiveram comida e onde morar e que por isso estão vivos, ocorre um conflito entre o sentimento de revolta e gratidão. Pois, o habitus de cada uma dessas crianças foi moldado por um sentimento de inferioridade. Tal percepção é passível de compreensão quando se compara os relatos do senhor Aluísio e do senhor Argemiro, Aluísio demonstra mágoa e revolta enquanto o senhor Argemiro brinca e insinua que “E assim é a vida” (00:42:04).

Todavia, nem todas as cinquenta crianças que viveram na fazenda experimentaram, de forma homogênea, a privação de liberdade, de infância, de escolarização e de convívio social. Ao visitar a Escola Estadual Renato Rocha Miranda, em Campina do Monte Alegre, o senhor Aluísio reconhece o senhor José Alves de Almeida, conhecido como “Dois” (00:53:03). Os relatos sobre sua infância são reconstruídos a partir de fotografias e dos depoimentos de sua esposa, de seu filho e do próprio senhor Aluísio, uma vez que “Dois” já havia falecido. Conforme o testemunho de seu filho, aos nove anos de idade ele teria desobedecido uma ordem da mãe do Educandário Romão Mattos Duarte, e, como punição, seu nome foi incluído na lista de crianças enviadas para a fazenda de Osvaldo Rocha Miranda (00:54:28). Inicialmente, seu destino parecia ser o mesmo dos demais, trabalhar no campo, porém, segundo Dona Diva, sua viúva, a senhora Maria da Glória, mãe de Renato Rocha Miranda Filho, escolheu-o entre as outras crianças por ter se encantado com o seu “jeitinho” (00:54:26).

A infância de “Dois” não se restringiu ao trabalho no campo e ao cuidado dos animais, como ocorreu com as demais quarenta e nove crianças. Contudo, isso não implica que tenha vivido uma infância isenta de obrigações laborais. Após ser levado de volta ao Rio de Janeiro,

“Dois” passou a desempenhar tarefas relacionadas ao cuidado das crianças da família Rocha Miranda, além de aprender afazeres domésticos (00:55:25). Segundo Dona Diva, sua viúva, esse período na capital funcionou como uma espécie de preparação para que ele retornasse posteriormente à fazenda com a função de cuidar de Renatinho, ainda que ambos tivessem praticamente a mesma idade (00:55:45; 00:55:52).

Na fazenda Santa Albertina, a infância de “Dois” é reconstruída por meio de fotografias que o mostram com expressões de alegria, trajando roupas adequadas às ocasiões. Embora realizasse atividades laborais sem qualquer remuneração, “Dois” tinha acesso ao convívio social e a vestimentas consideradas “chiques”, além do hábito e da liberdade de frequentar espaços que as demais crianças oriundas do orfanato sequer conheciam. Essas experiências lhe proporcionaram um conjunto de conhecimentos e práticas sociais que o distinguiam dos outros meninos e o aproximavam da família Rocha Miranda, produzindo, simultaneamente, um sentimento de indiferença em relação aos demais. Segundo relato do senhor Aluísio, “Dois”, apenas fingia que tratava eles bem (00:58:07).

Em seu depoimento, o filho de “Dois” compara o pai com Chica da Silva, alega que ele viveu fazendo aquilo que gostava. Tal afirmação reforça a complexidade das relações simbólicas, aqui citadas através da leitura de Bourdieu (2007), que são estabelecidas entre dominantes e dominados. Ele relata que seu pai era tratado como um “filho” pela família Rocha Miranda, acreditando, por isso, ter direito a uma herança (01:06:37). No entanto, tal reconhecimento revelou-se ilusório, uma vez que o pai faleceu, sem qualquer direito sobre os bens da família (01:13:52). Esse contraste entre o afeto aparente e a negação material do pertencimento ilustra o mecanismo da dominação simbólica, em que o discurso de igualdade ou paternalismo serve para mascarar a estrutura real de exploração. O tratamento como “filho”, mas sem o reconhecimento efetivo, configura uma forma de violência simbólica que legitima a desigualdade ao travesti-la de benevolência.

Como dito anteriormente, os irmãos Rocha Miranda eram adeptos aos movimentos Nazismo e Integralismo, o senhor Argemiro e o senhor Aluísio relatam que enquanto viveram na fazenda, eles e as demais crianças eram obrigadas a colocarem o uniforme da Ação Integralista Brasileira (AIB), cantar o hino de manhã, de tarde e que, aos finais de semana podiam sair dos alojamentos para irem junto com os irmãos Otávio, Renato e Osvaldo Rocha Miranda para as reuniões dos integralistas (00:38:32; 00:39:00).

No entanto, em 1942, com a declaração de guerra ao Eixo pelo presidente Getúlio Vargas, o apoio aos movimentos anteriormente mencionados, bem como a presença de jovens negros vinculados a uma “juventude integralista”, passa a ser enquadrado como prática

criminosa (01:02:01). E isso faz com que agora na juventude e não mais infância os meninos vivenciasse o mundo externo. O senhor Aluísio relata que Renato Rocha Miranda Filho, “Renatinho”, os reuniu e escolheu apenas o “Dois” para seguir com ele na fazenda (01:03:42) e que os demais podiam ir embora, senhor Aluísio compara tal ato com “soltar esse gado pra fora” (01:03:46). Alguns meninos optaram por sair e trilhar seu próprio caminho (01:14:09), porém, o senhor Aluísio relata que escolheu continuar na fazenda, pois, ele não sabia fazer mais nada, ele alega que acreditava ser um “homem sem futuro” (01:14:26).

Por outro lado, o senhor Argemiro optou por seguir um percurso distinto. Ele conseguiu fugir a pé antes que “Renatinho” promovesse a libertação das crianças, afirmando que, à época, deveria ter aproximadamente quinze anos (01:09:10). Quando questionado por Sidney Aguilar Filho sobre os motivos de sua fuga, ele respondeu: “Fazer o quê lá, ficar vegetando? Porque não ia ter futuro ali” (01:08:44). Após chegar à cidade de São Paulo, declarou ter vivido nas ruas e trabalhado como engraxate na Avenida Paulista (01:09:41). Até que, ao ouvir no rádio o anúncio da entrada do Brasil na guerra, decidiu apresentar-se no Arsenal de Marinha (01:10:59). Assim, embora não soubesse quais seriam as consequências de sua ida para a guerra, estava convicto de que já havia conquistado grande feito apenas por não estar mais na fazenda Santa Albertina.

As trajetórias dos cinquenta meninos do Educandário Romão Mattos Duarte demonstram que as violências física, psicológica, simbólica e estrutural às quais foram submetidos extrapolaram o período vivido na fazenda Santa Albertina, sob a tutela da família Rocha Miranda, e se projetaram ao longo de toda a vida adulta. Para além dos poucos casos reconstituídos no documentário, o historiador Sidney Aguilar Filho observa que as informações disponíveis sobre os demais apontam para existências marcadas por “miséria, alcoolismo, abandono” (01:13:50), evidenciando a profundidade e a permanência das consequências daquele regime de exploração. Entre os que tiveram suas histórias parcialmente recuperadas, o padrão de envolvimento com o álcool revela-se recorrente, Argemiro lutou contra o alcoolismo desde a adolescência, embora estivesse há mais de 20 anos abstinente à época da entrevista; “Dois”, por sua vez, faleceu em 1982 em decorrência de um acidente vascular cerebral, após enfrentar problemas semelhantes com o alcoolismo. Desse modo, o filme Menino 23 explicita não apenas a violação radical da infância e dos direitos dessas crianças, mas também a longa duração das marcas deixadas por esse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no documentário *Menino 23 – Infâncias Perdidas no Brasil*, é possível inferir que a família Rocha Miranda atuou com o consentimento e a conivência do Estado brasileiro ao submeter as crianças retiradas do Educandário Romão Mattos Duarte a condições de trabalho análogas à escravidão. O Estado, no período retratado, havia incorporado à Constituição Federal de 1934 princípios alinhados à educação eugênica (Ver: 00:13:47), o que não apenas refletia, mas também legitimava concepções elitistas e racistas predominantes entre os grupos dirigentes. Assim, não se tratava de uma postura neutra ou omissa, mas de um regime explícito de colaboração entre o poder público e a elite econômica e política. As crianças pobres e negras eram tratadas conforme os valores e ideologias vigentes nas décadas de 1930 e 1940, fortemente influenciadas por concepções eugênicas e por elementos do pensamento nazifascista; além de sofrerem sob o racismo herdado do período da escravidão e que se perpetua.

O documentário evidencia, ainda, que o Educandário Romão Mattos Duarte enfrentava problemas estruturais, entre os quais a superlotação. Nesse contexto, o Estado considerou como solução a concessão da “tutela” de cinquenta meninos à família Rocha Miranda, sob o argumento de que tal medida seria benéfica para todos os envolvidos, inclusive para as próprias crianças (00:44:52). Essa decisão revela o caráter profundamente desigual e discriminatório das políticas públicas da época, em que a infância negra, pobre e desamparada era concebida não como sujeito de direitos, mas como recurso disponível para a manutenção de privilégios da elite. Tal percepção emerge de maneira contundente nos relatos apresentados no filme, sobretudo nas falas de Aloísio Silva. O sentimento de abandono expresso por ele evidencia a naturalização da desigualdade, pela qual a exploração e a ausência de afeto são apresentadas como destinos possíveis, ou até inevitáveis para crianças pertencentes às camadas sociais mais vulneráveis.

Seguindo a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu (2007), é possível afirmar que a infância não é uma categoria universal, mas uma construção social profundamente marcada pelas desigualdades de classe e raça. A depender da origem social, a experiência da infância pode corresponder a um percurso de cuidado, proteção e oportunidades, ou, ao contrário, a um itinerário de exclusão, violência e marginalização. No contexto das décadas de 1930 e 1940, essa assimetria torna-se particularmente evidente, enquanto algumas crianças, como Renatinho, filho de Renato Rocha Miranda, vivenciavam a infância como um período de privilégios, cuidados e acesso à escolarização, outras, como os meninos provenientes do Romão Duarte, experienciavam uma infância constituída pela exploração, pela agressão e pela invisibilidade social (00:43:29; 01:12:31). A contraposição entre esses dois universos infantis evidencia, de

forma contundente, o caráter profundamente desigual das estruturas sociais brasileiras e o modo como tais desigualdades se reproduzem, histórica e simbolicamente, por meio das instituições.

Os meninos do Romão Duarte, por serem crianças negras, pobres e desamparadas, tiveram seu habitus, pré-concebido por uma sociedade elitista, como o de sujeitos passíveis de dominação simbólica, exploração, subalternização e privados de direitos básicos, como o de ir e vir. Entretanto, a fuga de Argemiro Santos permite refletir sobre a possibilidade de ruptura, ainda que parcial, das estruturas internalizadas que lhes foram impostas. Ao rejeitar permanecer em um ambiente marcado pela violência, pela subalternização e pela falta de perspectivas, seu ato expressa a tensão entre estrutura e ação a que Bourdieu (2007) se refere, evidenciando que, mesmo em condições profundamente adversas, a capacidade de agir pode emergir como forma de resistência. Assim, o filme *Menino 23 – Infâncias Perdidas no Brasil*, não apenas expõe a violência histórica sofrida por essas crianças, mas revela os mecanismos sociais que moldaram, nas décadas de 1930 e 1940, e continuam moldando a infância no Brasil, sobretudo a de crianças negras e vulnerabilizadas. Ao evidenciar como o poder simbólico, o status social e a subordinação inscrita no habitus condicionam trajetórias e futuros possíveis, a obra convida à reflexão crítica sobre a persistência dessas estruturas na sociedade contemporânea.

FONTES DA PESQUISA:

“Menino 23 – Infâncias Perdidas no Brasil”. Sidney Aguilar Filho, 2016. Disponível em: [MENINO 23 - INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL](#). Acesso em: 08 de abr. de 2025.

FAMÍLIA ROCHA MIRANDA. *Família Rocha Miranda – direito de resposta*. Disponível em: [odireitoderesposta | Blog no qual a família Rocha Miranda se defende de acusações infundadas](#). Acesso em 24 de mai. de 2025.

ROCHA MIRANDA. *Direito de resposta da família Rocha Miranda* [vídeo]. YouTube, 2025. Disponível em: [Direito de resposta da família Rocha Miranda](#). Acesso em: 24 de mai. de 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUILAR FILHO, S. *Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945)*. Campinas, SP: [s.n.], 2011. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BRAGA, D. de A. R. *A infância como objeto da história: um balanço historiográfico*. Revista Angelus Novus, São Paulo, ano VI, n. 10, pp. 15-40. 2015.

BORDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934. Disponível em: [Constituição34](#). Acesso em: 22 de jun. de 2025.

BRASIL. LEI n. 1.596, de 29 de dezembro de 1917. Reorganiza o serviço sanitário do Estado de São Paulo. Disponível em: [lei n.1.596, de 29.12.1917 _parte1](#). Acesso em: 30 de set. de 2025.

CHAMBOULEYRON, R. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: Del Priore, M. (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Pinsky, 2010. Cap. 2, pp. 51-78.

DECRETO n. 233, de 2 de março de 1894. Código Sanitário. Disponível em: al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-233-02.03.1894.html. Acesso em: 30 de set. de 2025.

DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. São Paulo: Editora Pinsky, 2010a, 7ª Edição.

DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, M. (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Pinsky, 2010b, 7ª Edição, pp. 79-98.

DIETRICH, A. M. *Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil*. São Paulo, SP: [s.n], 2007. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

FERRO, M. “O filme: uma contra-análise da sociedade?”. IN: NORA, Pierre (org.). *História: novos objetos*. R.J.: Francisco Alves, 1975.

GODOY, A. de. Relatório apresentado ao Secretário do Interior e da Justiça pelo Chefe de Polícia do Estado de São Paulo – 1904. In: BRAGA, D. de A. R. *A infância como objeto da*

história: um balanço historiográfico. Revista Angelus Novus, São Paulo, ano VI, n. 10, pp. 209. 2015

MARINHA DO BRASIL. Segunda Guerra Mundial. Disponível em: [2ª Guerra Mundial | COMEMCH](#). Acesso em: 19 de set. de 2025.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Pinsky, 2010. Cap. 5, pp. 126-163.

PERROT, M. Figuras e papéis. In: PERROT, M. (org). *História da vida privada 4 – da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Apud: BRAGA, D. de A. R.. A infância como objeto da história: um balanço historiográfico. São Paulo: Revista Angelus Novus, ano VI, nº10, pp. 15-40, 2015.

MIRANDA, H. S. (2016). *A Febem, o Código de Menores e a “pedagogia do trabalho”* (Pernambuco, 1964-1985). Projeto História: Revista Do Programa De Estudos PósGraduados De História, 55. Disponível em: [Vista do A Febem, o Código de Menores e a “pedagogia do trabalho” \(Pernambuco, 1964-1985\)](#). Acesso em: 28 de set. de 2025.

MOURA, E. B. B. de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Pinsky, 2010. cap. 10, pp. 146-172.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, M. (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Pinsky, 2010. cap. 10, pp. 328-356.

REISS, R. W. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 124-126, 1974. Disponível em: [SciELO Brazil - Integralismo \(o fascismo brasileiro na década de 30\) Integralismo \(o fascismo brasileiro na década de 30\)](#). Acesso em: 08 de abr. de 2025.

ROUSSEAU, J. J. *Oeuvres Complètes de J.J. Rousseau*, 4 vols. Paris: A. Houssiaux, 1852.

SANTOS, M. A. C. dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Pinsky, 2010. cap. 8, pp. 198-217.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Suellen Vitória Costa Barbosa, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA DESAMPARADA NO FILME: MENINO 23 – INFÂNCIAS PERDIDAS NO BRASIL” foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 5 de dezembro de 2025

A handwritten signature in blue ink that reads "Suellen Vitória Costa Barbosa". The signature is written in a cursive, flowing style.